



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O Governo da RAEM deve acelerar a reforma da administração pública e melhorar, o mais rapidamente possível, o regime de responsabilização dos altos dirigentes

Desde o retorno de Macau à mãe-pátria que a reforma da administração pública tem sido um tema quente aos olhos do público. Passaram-se quase 21 anos, porém, o andamento da reforma da administração pública tem sido lento e ineficaz, e muitos dos velhos problemas ainda se repetem. Por exemplo, a burocracia, a ineficácia administrativa, os procedimentos administrativos complicados e redundantes, os dirigentes e as políticas redundantes, as falhas do governo electrónico, a baixa taxa de execução orçamental, a falta de abertura e transparência na governação, etc., que têm sido alvo das críticas da população. É de notar que tudo isto tem um impacto significativo no desenvolvimento da economia de Macau em geral, e nos negócios das micro, pequenas e médias empresas em particular. O público está extremamente desiludido e lamenta o facto de o Governo nunca ter enfrentado a gravidade destes problemas e nunca ter tomado medidas eficazes para os resolver completamente.

Segundo muitos residentes, se os funcionários públicos, que actualmente assumem cargos de direcção ou chefia, forem obrigados a regressar aos seus lugares de origem devido à mobilidade, têm de passar por um período experimental de seis meses, tal como os recém-ingressados. Esta exigência demonstra que o Governo descarta a experiência profissional de mais de 10 ou 20 anos adquirida pelos trabalhadores em questão, e a forma como os trata, como se fossem trabalhadores



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

recém-ingressados, prejudica, significativamente, o seu moral. É de referir que esta situação é apenas a ponta do iceberg dos diversos graves problemas que ainda não foram devidamente resolvidos nos serviços públicos.

Mais, segundo informações de alguns funcionários públicos, desde a tomada de posse deste Governo, verificaram-se apenas acções superficiais de fusão de alguns serviços públicos, não se verificaram mais acções efectivas nem foi disponibilizado o calendário da reforma, um arrastamento que prejudica ainda mais o seu moral. Segundo muitos funcionários públicos, numa situação em que os graves problemas internos ficam por resolver durante muito tempo, parece que o trabalhador só tem por objectivo ficar à espera da aposentação, e a mera existência de ambição profissional, sem qualquer utilidade, faz com que se sintam desprezados. Esta política de avestruz, implementada há muito tempo, prejudica seriamente o moral do pessoal, impede-o de prestar melhores serviços ao público, e fá-lo sentir que a reforma da administração pública não passa das palavras em papel.

Para além dos problemas internos do Governo, o governo electrónico, enquanto um dos principais projectos da administração pública, foi já criticado publicamente pelo Comissariado da Auditoria em 2018, devido à lentidão do seu progresso, aos efeitos, que não foram notórios, e aos custos elevados, que acenderam a 230 milhões de patacas. Mais, estabelecendo comparação com o desenvolvimento do governo electrónico no Interior da China, a situação em Macau está ainda bastante atrasada. Segundo o Relatório de Pesquisa sobre o Governo Electrónico, 2020, publicada pela Organização das Nações Unidas, o Interior da China ocupa o 12.º lugar no mundo ao nível dos serviços públicos digitais e o 9.º lugar no mundo ao nível da participação electrónica. Perante isto, o Governo demonstrou grande determinação em melhorar o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

governo electrónico, referindo expressamente, no Relatório das LAG/21 da área da Administração e Justiça, que “tomando a promoção da governação electrónica como ponto de partida da reforma da Administração Pública, empenhar-nos-emos na promoção da electrónica dos serviços públicos mais utilizados pelos cidadãos”. Mas, o desenvolvimento do governo electrónico continua insatisfatório, veja-se o exemplo da "conta única de acesso comum". Ultimamente, o Governo empregou muitos esforços na sua promoção, porém, desde a sua entrada em funcionamento, não pararam as avarias do hardware, o que em nada favorece a experiência da população. Aliás, muitos residentes acharam estranho, pois foi investido um enorme volume do erário público no desenvolvimento do governo electrónico, e os problemas não param. Porquê?

Ainda nos lembramos, claramente, que já em 2004 o ex-Chefe do Executivo, Edmundo Ho, expressou, na sua Plataforma de Candidatura que “serão mais aprofundadas a reforma administrativa...Será feito um esforço para modificar as más práticas e mecanismos derivados do burocratismo que originam impasses que se verificam nos processos administrativos e de adopção de atitudes de indiferença e apatia, contra a incapacidade perante problemas. Serão prosseguidos uma cultura administrativa e um espírito de trabalho dominados pela sensibilização perspicaz, iniciativa e determinação”; em 2009, o ex-Chefe do Executivo, Chui Sai On, prometeu também na sua Plataforma de Candidatura “...reformular o regimento administrativo do Governo; publicar os assuntos administrativos; melhorar a transparência da Administração; destacar o papel da supervisão do Comissariado contra a Corrupção e do Comissariado de Auditoria; colaborar activamente com os trabalhos de supervisão da instituição legislativa, encarar francamente a supervisão do público e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

da imprensa sobre a Administração”; e em 2014, salientou, novamente, que se ia “persistir no propósito de ‘melhor servir os cidadãos’ e na promoção da ‘tomada de decisão política baseada em critérios científicos’; prosseguir a racionalização de quadros e simplificação administrativa, continuar a aperfeiçoar o serviço público e a eficácia governativa, e elevar a capacidade de execução e a credibilidade do Governo”. Lamentavelmente, estas palavras não passaram do discurso, e os problemas que persistem há já muito tempo continuam a perturbar a população em geral.

As memórias não se dissipam. Durante os últimos 21 anos, os diversos problemas na área da Administração e Justiça nunca foram efectivamente resolvidos. A concretização das promessas sobre a reforma da administração pública, constantes das diversas Plataformas de Candidatura, falharam repetidamente. O actual Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, apercebeu-se dos diversos problemas graves na área da Administração e Justiça durante os últimos 21 anos, por isso, propôs, em primeiro lugar, no seu Programa Político, ideias importantes para a reforma da administração pública, destacando como mais importantes “aprofundar a reforma da Administração Pública e elevar a eficiência desta, intensificar a implementação de um governo ímpoluto, elevar a consciência de servir dos funcionários públicos e reforçar a responsabilização dos governantes, implementar a transparência dos assuntos do governo e melhorar a qualidade na tomada de decisões”, o que demonstra a sua determinação em prosseguir a reforma da administração pública.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. No Relatório das LAG para 2021 da área da Administração e Justiça, refere-se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

que a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública acabou de definir, no 4.º trimestre de 2020, o plano sobre o rumo da reforma da administração pública e os respectivos trabalhos. Porém, até ao momento, o público ainda não tem conhecimento dos respectivos pormenores e andamento. A fim de evitar que, por entre os atrasos, a reforma da administração pública se transforme num "slogan de propaganda" do Governo, este deve divulgar os detalhes e o calendário do plano da reforma da administração pública. Quando é que vai fazê-lo?

2. Ao Governo, enquanto órgão executivo, exige-se seriedade, porém, os *websites* dos diversos serviços administrativos de Macau carecem dessa seriedade. A par disso, não há uniformização do estilo dos *websites* e a situação do desenvolvimento do governo electrónico varia de serviço para serviço, o que impossibilita a interconexão de dados. A população entende que esta situação mais parece um "tabuleiro de areia", pois cada serviço actua à sua maneira. Porém, na Assembleia Legislativa, o governo electrónico está a ser bem-sucedido, os Deputados já deixaram de utilizar o papel para a apresentação de documentos destinados à supervisão do Governo e, ao mesmo tempo, o *website* da Assembleia Legislativa usa como cor de fundo o verde da bandeira de Macau, o que contribui para apresentar ao público, de forma simples e séria, os trabalhos desenvolvidos na Assembleia Legislativa. Pelo exposto, O Governo deve definir planos de desenvolvimento do governo electrónico eficazes a curto, médio e longo prazo, de modo a materializar as ideias governativas dos diversos Chefes do Executivo, no que respeita à importância do desenvolvimento do governo electrónico em Macau. Já o fez?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

3. Em 1999, o ex-Chefe do Executivo, Edmundo Ho, salientou, expressamente, na sua Plataforma de Candidatura, o seguinte: “reforçar o mecanismo de responsabilização dos titulares dos principais cargos, aumentando assim o nível e a capacidade de governação... Esforçar-nos-emos por clarificar os sujeitos de responsabilização, diversificar e especificar os assuntos alvo de responsabilização, clarificar os conteúdos de responsabilização e regulamentar os procedimentos de responsabilização”. Porém, já se passaram 21 anos e o regime de responsabilização dos altos dirigentes continua por melhorar. Aliás, não existe sequer uma data concreta para a revisão do Estatuto dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau e das Normas de conduta dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau. Quando é que o Governo vai proceder a esta revisão? De que medidas dispõe para a concretização do regime de responsabilização dos altos dirigentes?

08 de Março de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

José Pereira Coutinho